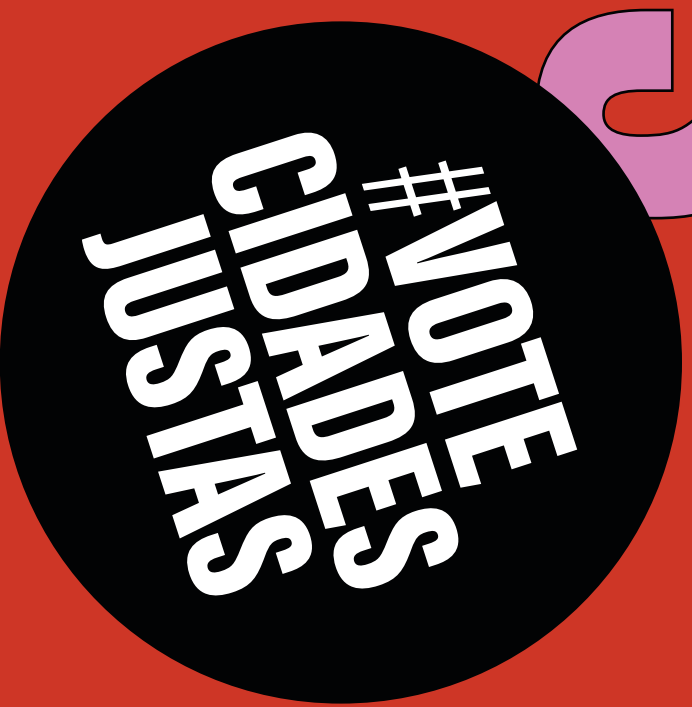


SEU VOTO EM MULHERES MÉGRAS, INDÍGENAS E PESSOAS TRAN- SSEXUAIS FORMA O FUTURO DAS CIDADES!



Os espaços públicos conectam as principais dimensões da vida urbana. Só nos tornamos de fato cidadãos ao ocupá-los para nosso lazer, para expressão artística e para mobilização política. **Colar lambe-lambes** pelos espaços públicos é um jeito poético de ocupar as cidades e exercer nosso direito constitucional à manifestação. E isso é Direito à Cidade! Mas lembre-se que **as cidades são espaços em disputa** que abarcam ideias divergentes sobre a forma de ocupar os espaços públicos. Com isso em mente, deixamos aqui algumas dicas: **1.** Cada cidade determina as regras e peculiaridades relacionadas ao uso de comunicações impressas aplicadas nos espaços públicos. Em geral, essas leis não abordam os casos de manifestações de ideias e se aplicam à publicidade. Verifique a lei de sua cidade para saber mais. **2.** Dê preferência a postes, portes, lixeiras, paredes de locais abandonados e tapumes de obras. Nos espaços privados, como muros e portões, é necessário pedir autorização para a pessoa proprietária ou responsável. **3.** Fazer a colagem em dupla é mais fácil e seguro! Caso seja abordado pela polícia, mantenha a calma e dialogue. Lembre-se que os lambes são facilmente removidos e não causam dano permanente às superfícies. **4.** A cola: 2 partes de água + 1 parte de cola branca funciona super bem! E há receitas de colas caseiras feitas com farinha de trigo. **5.** Como aplicar: use uma vassoura macia, rolo ou brocha de pintura de parede ou esponja de lavar louça para aplicar a cola na superfície. Depois posicione o cartaz e passe mais uma camada de cola por cima. **MANIFESTE SEU DESEJO POR CIDADES MAIS JUSTAS!**

#VOTE CIDADES JUSTAS

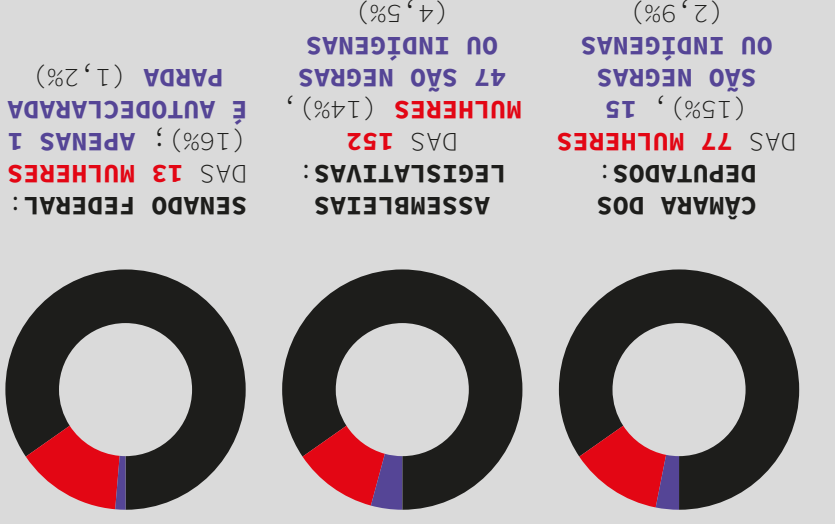
AUSÊNCIAS

A BAIXA REPRESENTATIVIDADE NO LEGISLATIVO

A população brasileira é composta, em sua maioria, por mulheres (51,8% do total), sendo **23,5% de mulheres pretas, pardas e indígenas**. No entanto, o Congresso Nacional não expressa essa proporção da sociedade. Mesmo sabendo que, nas eleições de 2018, o número de mulheres eitas dobrou, ainda é muito baixa a representação no Congresso Nacional, com apenas 12,5% de mulheres. O Senado Federal e a Assembleia Legislativa seguem a mesma lógica de exclusão e baixa representatividade.

Segundo o Mapa das Mulheres na Política 2020, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela União Interparlamentar (UIP), **o Brasil ocupa o distante 140º lugar no ranking de representação feminina no Parlamento.**

% DE MULHERES NEGRAS, PARDAS OU INDÍGENAS NOS CARGOS LEGISLATIVOS



10. PELO DIREITO À VIDA E À REPRODUÇÃO NAS CIDADES

Pelo fim do feminicídio e do genocídio da população indígena, da violência e extermínio das pessoas LGBTQIAP+ e da população negra e jovem das periferias. O direito ao reconhecimento e a formulação de uma política de segurança pública a partir da participação paritária é um componente essencial do Direito à Cidade para que se garanta uma vida segura, livre de discriminações e opressões, onde cada pessoa possa ser quem quiser e viver de forma plena e digna.

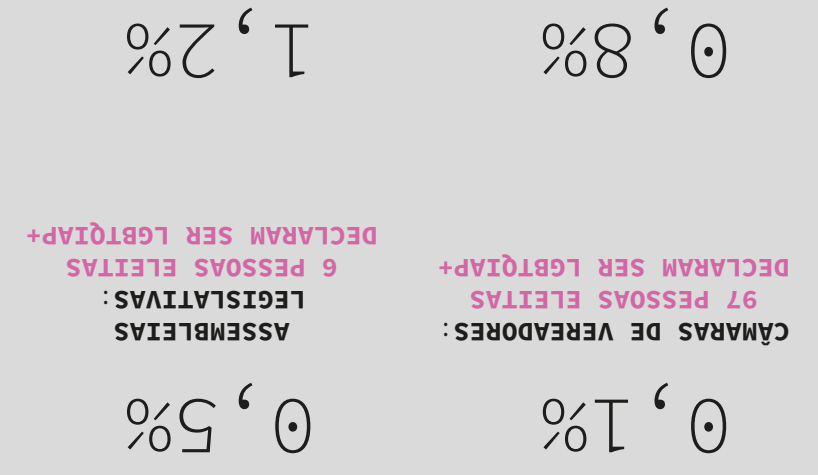
9. PELO DIREITO DE EXISTIR NOS ESPAÇOS DA CIDADE

Nos espaços públicos, nos encontramos e estabelecemos nossas relações cotidianas. Para mulheres, LGBTQTs e corpos racializados, são muitas vezes lugares de insegurança e da violência. A pandemia trouxe novas tentativas de criminalização do uso político-cultural do espaço público para a reivindicação por direitos. Reivindicamos compromissos e responsabilidades do estado pelo cuidado e fomento à cidadania, à cultura e ao lazer neles.

8. POR DIREITO AO TRANSPORTE E À MOBILIDADE INCLUSIVA E AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL

A mobilidade urbana não segue apenas o padrão casa-trabalho-casa. Para muitas mulheres, sobre quem recai a responsabilidade dos cuidados da vida, as viagens são mais curtas e divididas entre atenção à família, saúde, compras, lazer, etc. Investir em mobilidade ativa, tarifas acessíveis e mais opções de transporte coletivo é criar uma política de mobilidade orientada pela perspectiva de classe, gênero e raça.

% DE PESSOAS LGBTQIAP+ ELEITAS PARA OS CARGOS LEGISLATIVOS



Não há dados oficiais sobre a representatividade da população LGBTQIAP+ na Justiça Eleitoral ou no banco de dados disponibilizado pelo Congresso Nacional. Isso já é um primeiro indicativo sobre a invisibilidade e subrepresentação dessa população na Câmara e no Senado.

De acordo com levantamentos realizados por entidades e coletivos que se dedicam ao tema, em 2018, nas eleições para o Congresso Nacional, houve um aumento de 386,4% de candidaturas LGBTQIAP+. Mesmo assim, apenas 0,8% de deputados federais e 0,8% de senadores.

E, em 2020, nas eleições para os legislativos municipais, as Câmaras Municipais de todo o Brasil elegeram 97 pessoas LGBTQIAP+, sendo 20 pessoas trans.

7. POR CIDADES RESÍDUO ZERO

Cidades resíduo zero promovem justiça social e equilíbrio ambiental quando: (a) destinam 100% dos resíduos secos para reciclagem, integrando catadoras e catadores em sistemas de coleta seletiva e triagem de forma digna e remunerada (setor privado deve custear o sistema); e (b) promovem a coleta diferenciada e compostagem dos resíduos orgânicos, destinando adubo para os cinturões verdes das cidades, garantindo a produção de alimentos saudáveis pelos pequenos agricultores rurais.

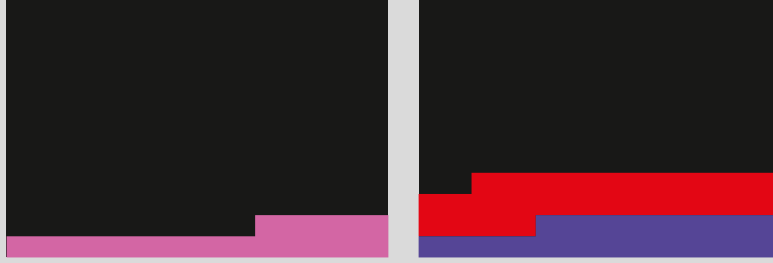
6. POR ENERGIA LIMPA E A PREÇO JUSTO

A energia é essencial para uma vida digna, pois permite o acesso a direitos como educação, alimentação e bem-estar. Por isso, a definição da energia como um direito constitucional, o encaminamento de uma transição energética justa e o estabelecimento de uma tarifa progressiva são urgentes para garantir uma melhor condição de vida às populações em situação de vulnerabilidade social, racial e de gênero.

5. POR COMIDA SAUDÁVEL NA MESA DE TODAS AS FAMÍLIAS

Com cerca de 19 milhões de pessoas passando fome no país, na maioria mulheres negras, é fundamental fortalecer a produção alimentar agroecológica para atender o direito humano à alimentação adequada previsto na Constituição. Lutar pelo direito à cidade é garantir o acesso à alimentação e à terra para fortalecer a agricultura familiar e comunidades tradicionais que produzem o alimento que chega na mesa brasileira.

As desigualdades verificadas nos espaços de representação política são um reflexo das barreiras verificadas no próprio processo eleitoral.



Um avanço importante foi a aprovação da Emenda Constitucional 117/2022, que alterou o art. 17 da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como a aplicação de recursos desse fundo e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a divulgação do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% para candidaturas femininas.

Contudo, na contramão, o plenário da Câmara também aprovou, em março de 2022, a anista aos partidos que não cumpriram com a meta estabelecida por lei na última eleição. Em 2020, os homens se beneficiaram de 73% dos recursos disponibilizados para as campanhas eleitorais.

Para as candidaturas LGBTQIAP+, a distribuição de recursos eleitorais também foi desigual. Especialmente nos partidos de centro e de direita, a maior parte do financiamento dessas candidaturas ocorreu por meio de arrecadação própria.

4. POR UM BRASIL COM JUSTIÇA CLIMÁTICA E SEM DESASTRES

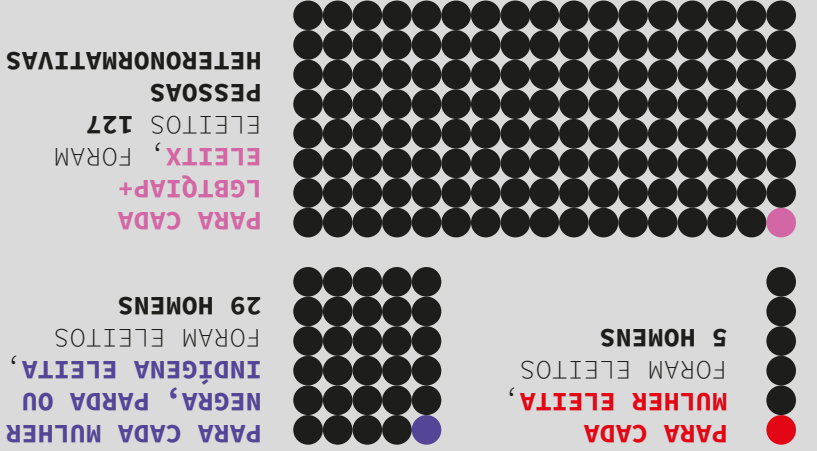
A emergência climática tem gerado com mais intensidade eventos extremos com impactos severos nos territórios. A menor capacidade de proteção e reação de mulheres, pessoas negras, comunidades tradicionais e moradoras de periferias urbanas, entretanto, faz com que elas sofram danos mais intensos e duradouros. É preciso que haja investimentos, além de mudanças significativas no atual modelo de desenvolvimento urbano, com olhar para o enfrentamento do racismo ambiental.

3. POR UM BRASIL SEM DESPEJOS NEM REMOÇÕES FORÇADAS

A Campanha Despejo Zero identificou mais de 132 mil famílias ameaçadas de remoção e mais de 27,5 mil já removidas desde o início da pandemia. Essa tem sido a principal política para lidar com o povo sem-teto no país, gerando mais riscos à vida e exposição a violências. O Brasil precisa implementar seus compromissos internacionais e abolir as remoções forçadas, assegurando os direitos humanos da população sem-teto. É preciso garantir recursos federais para regularização fundiária e atendimento habitacional e que as organizações e movimentos sociais não sejam criminalizados.

2. POR MORADIA DIGNA E ADEQUADA PARA QUEM MAIS PRECISA

O déficit habitacional é de 5,9 milhões de domicílios, 5,1 milhões estão em assentamentos precários e 14,2 milhões têm carência de infraestrutura. As necessidades habitacionais são enormes e muito diversas. É fundamental uma política com diversidade de soluções, com garantia de recursos perenes e subsídios para as famílias vulneráveis, com priorização de urbanização e melhoria das condições de vida dos assentamentos populares.



Embora a presença de mulheres negras e indígenas e pessoas LGBTQIAP+ nos espaços de poder não necessariamente signifique uma associação com pautas progressistas, é importante destacar que muitas destas candidaturas estão sim vinculadas a lutas populares em um defesa dos direitos humanos e em favor da população vulnerável. De acordo com o VotELGBT+2, 65% das candidaturas LGBTQIAP+ estão em partidos considerados por eles progressistas.

1. VotELGBT, Aliança Nacional LGBT, Semear, Clipping
2. Pesquisa 'A política LGBT+ brasileira - Entre potências e apaga-mentos', publicada em 17/5/22
3. Artigo 'A produção legislativa de brancos e negros na Câmara', publicado em 15/2/21

#VOTECIDADESJUSTAS

EM DEFESA DO DIREITO À CIDADE

O compromisso com **cidades mais justas, democráticas, inclusivas e comprometidas no enfrentamento das desigualdades e da crise climática** não é apenas uma questão dos governos municipais. As políticas federais e estaduais possuem papel central no direcionamento do desenvolvimento urbano. Por isso, é crucial que as **candidaturas de 2022** apresentem programas de **defesa do direito à cidade**.

Antes, porém, é preciso considerar que não será possível uma agenda de desenvolvimento urbano justo sem mudanças estruturais na política econômica e fiscal do Estado brasileiro. A retomada da capacidade de investimentos sociais é crucial, o que exige a revogação imediata do teto de gastos. A revogação da reforma trabalhista e a volta do aumento real do salário mínimo é outra condição essencial para redução das desigualdades. A seguir, apresentamos 10 questões essenciais para o debate:

1. POR TRABALHO DECENTE E SALÁRIO DIGNO

As juventudes, segmento mais afetado pelas oscilações da economia, são as mais impactadas em momentos de crise, haja vista a alarmante taxa de desemprego juvenil. Jovens mulheres negras, indígenas, LGBTQIAP+ são os grupos mais vulnerabilizados no mundo do trabalho. Urge garantir políticas públicas que assegurem amplas oportunidades de acesso ao trabalho decente, salário digno e proteção social.

Somente juntas e juntos é que conseguiremos virar esse jogo com a nossa força de mobilização para conseguir que mais mulheres pretas, indígenas e pessoas trans estejam ocupando o Poder Legislativo e os governos para tornar as cidades brasileiras mais justas.

Por isso, em 2022, o Pólis quer te convidar para uma **jornada de mobilização somando a uma rede de ativistas que vai mobilizar os territórios em favor de candidaturas de mulheres negras, indígenas e de pessoas trans comprometidas com o direito à cidade**. Se inscreva e venha participar com a gente!

